

CONSTITUINTE**Um problema
sério para
poder funcionar:
espaço físico.**

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, admitiu ontem em conversa com o presidente do PDS, Amaral Peixoto (RJ), que haverá muitos problemas no próximo ano com o funcionamento simultâneo da Câmara, do Senado, do Congresso (Câmara e Senado reunidos) e, ainda, da Assembléia Nacional Constituinte. "Alguma coisa precisa ser feita", reclamou Amaral Peixoto.

No encontro, os dois ex-pesadistas confirmaram que, pela reação dos senadores, não haverá condições de o Congresso aprovar neste ano a emenda Ulysses, instituindo a comissão representativa, que teria poderes de Legislativo ordinário durante o funcionamento da Assembléia Constituinte. "O Ulysses já se convenceu de que a sua emenda não passa", observou Amaral Peixoto.

O presidente do PDS, mesmo não disputando a reeleição, mostrou-se muito preocupado. A partir de 1º de fevereiro, quando será instalada a Assembléia Constituinte, funcionarão também, simultaneamente, três outras casas — Senado, Congresso e Câmara dos Deputados. "Quem vai sentar no plenário primeiro? A que horas se reunirá o Senado, a Câmara, a Constituinte? E como funcionará o Congresso? E tudo isso com o mesmo quadro de servidores", desabafou o senador fluminense.

A emenda Ulysses Guimarães já conseguiu número legal de deputados para sua formalização, 140. Mas necessita também do apoio, com assinaturas, de pelo menos 25 senadores. Até agora há somente promessas de quatro assinaturas: senadores Alfredo Campos (líder do PMDB), Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso (SP) e Nelson Carneiro (RJ).

Além disso, mesmo se formalizada, dificilmente haveria quórum para a sua votação, pois os parlamentares já estão em campanha nos Estados. Para aprovar emenda constitucional é necessário o voto favorável de dois terços de cada Casa — 46 senadores e 320 deputados.

A proposta do presidente do PMDB prevê a criação de "comissão representativa", de deputados e senadores, obedecida a proporcionalidade partidária, para atuar como Legislativo ordinário — para discutir e votar projetos de lei. Se aprovada, em 87 não funcionariam a Câmara, o Senado e o Congresso. Apenas a Assembléia Constituinte e a comissão representativa.

Militares

O ministro da Marinha, almirante Henrique Saboia, disse em entrevista que o papel e a destinação constitucional das Forças Armadas serão aqueles que forem definidos pela futura Constituinte, e que serão acatados. O ministro defendeu a manutenção do atual papel das Forças Armadas, de preservação da ordem interna, atuando ainda como última instância para mediar conflitos, que ele preferiu classificar de "caos".

Oficialmente, os ministros e comandantes militares têm manifestado acatamento às decisões da Constituinte, mas na realidade a maioria tem opinião formada sobre a questão e vem procurando convencer a Comissão de Estudos Constitucionais, até sem sucesso, e o mundo acadêmico sobre a procedência de suas idéias.

O ministro Henrique Saboia admitiu sua preocupação com o assunto, a ponto de ter designado uma comissão de oficiais superiores para estudá-lo e encaminhar conclusões, que foram a princípio apresentadas internamente e depois levadas à Comissão Afonso Arinos. O almirante Mário César Flores, que acompanhou o ministro da Marinha na entrevista, aconselhou prudência na defesa dessa tese: "É preciso não se deixar levar pelos acontecimentos dos últimos anos. Não se deixar levar por essa carga de preconceitos". E acrescentou ser importante manter o dispositivo de segurança interna na Carta.

Crianças

As 24 milhões de crianças entre zero e 6 anos existentes no País — 18% da população — não têm seus direitos assegurados na atual Constituição e são atendidas por ações fragmentadas do governo. Os Ministérios da Educação, Saúde, Trabalho, Previdência Social, Justiça e a Seplan criaram uma comissão interministerial para mobilizar e conscientizar a sociedade sobre a questão. Esta comissão deverá entregar no dia 28 de fevereiro de 1987 um documento para subsídio aos constituintes, mas não formulará a sugestão final, somente coordenará os trabalhos. Este é um dos únicos temas de discussão na Constituinte em que a mobilização está sendo feita através do governo e não da sociedade civil.

Ontem o grupo reuniu-se no Ministério da Educação para definir o encontro nacional que debaterá o tema, nos dias 10, 11 e 12 de outubro, em Brasília. No próximo dia 27 o MEC promoverá um debate, via TV Executiva da Embratel, sobre a criança de zero a 6 anos e a Constituinte. A comissão interministerial é unânime em afirmar que hoje os primeiros programas que sofrem cortes orçamentários são os dirigidos a esta faixa etária, porque não são considerados prioritários "e, como os direitos das crianças não estão assegurados na Constituição, estes argumentos para corte de verba são inclusive considerados legais", disse Ana Maria Wilhelm, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça.